



**06 de Maio de 2013**

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico  
e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

**Valor** ECONÔMICO

## **ESPERA POR NOVO MARCO DESESTIMULA PESQUISA**

*Metais: Sem recursos, grupos paralisam projetos e demitem*

A Amazônia Participações, que atua no setor de mineração no Brasil, está encerrando as atividades de sua subsidiária Terracorp (TCP), que fazia pesquisa mineral e fornecia serviços técnicos para projetos minerais. A falta de demanda por seus serviços, com a redução de investimentos em mineração, inviabilizou a continuidade de suas atividades, segundo seu presidente, Douglas Arantes.

Este poderia ser um caso isolado, mas é apenas um dos diversos exemplos de companhias de pesquisa mineral em dificuldade. Segundo o Valor apurou, pelo menos outras 18 empresas que atuam neste nicho, conhecidas como "junior companies", estão sentindo dificuldades para manter seus negócios no Brasil e estão demitindo geólogos e técnicos, reestruturando áreas e suspendendo projetos por falta de financiamento.

O cenário é resultado da criação de um ambiente de incertezas no setor no Brasil - que está prestes a adotar um novo marco regulatório de mineração -, no mesmo momento em que a queda dos preços das commodities e as consequências da crise econômica global afetam a cadeia de mineração em todo o mundo. No Brasil, além das dúvidas sobre o novo marco, empresários apontam como agravante a suspensão de outorgas de lavras, desde 2011. Sem as autorizações para operar as minas, diminui a demanda por todos os serviços ligados à atividade mineradora.

"As empresas não podem mais se capitalizar para suas pesquisas. Estamos vendo demissões e veremos um período de desinvestimento forte em pesquisa," diz Elmer Prata Salomão, presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM).

A Rio Novo Gold, que faz pesquisa e mineração, demitiu 54 funcionários desde agosto. De 130, passou a 76 e chegará a 20. "Demitimos toda a equipe de exploração, incluindo geólogos, técnicos e toda a equipe de campo" diz Julio Carvalho, presidente da companhia. Ele afirma que precisa levantar US\$ 30 milhões com investidores privados - cerca de 20% do total necessário - para poder levar adiante seu projeto de ouro no Mato Grosso, mas as fontes secaram. "Não estamos conseguindo os recursos, pois o mercado de Toronto se fechou por causa da crise econômica. As empresas canadenses também passam por dificuldades. Isso acontece ao mesmo tempo em que se fala de um marco regulatório cheio de pontos negativos." Os demais 80% estão acertados com bancos brasileiros, depois de os internacionais terem desistido. A queda do preço do ouro, que nos

últimos meses passou de cerca de US\$ 2.000 por onça para US\$ 1.500 por onça-troy, ajudou a afastar os investidores.

O maior temor das empresas de pesquisa mineral em relação ao novo marco está relacionado com o direito de lavras nas áreas pesquisadas. Hoje, ao pedirem concessão para as sondagens, recebem direito de três anos sobre a área, prorrogável por mais três. Apresentados os estudos resultantes das pesquisas, conseguem obter a concessão da lavra. Apesar de já ter sinalizado que poderá voltar atrás, o governo indicou que pode passar a licitar os direitos de operar as minas, o que traz apreensão.

À espera de definições, a empresa de pesquisa e mineração canadense Magellan fez reestruturações internas para manter suas atividades no Brasil. Carlos Ulema, gerente da empresa, conta que a companhia investiu R\$ 44 milhões em um projeto de pesquisa desde 2006 e encontrou um depósito de minérios, mas não sabe se conseguirá lavrar a mina. "São seis anos de pesquisa, sem parar, apenas investindo. Agora, a manutenção do direito minerário é fundamental."

Ao buscar financiamentos, as empresas de pesquisa têm percebido que os investidores estrangeiros, que antes colocavam seus recursos no Brasil, agora optam por outros países, como Peru e Colômbia. O presidente de uma "junior company" canadense, que preferiu não se identificar, planejava trazer US\$ 50 milhões para projetos no Brasil, mas decidiu alocar o dinheiro em outro lugar. Segundo ele, um dos pontos de maior preocupação é a dúvida em relação ao aumento dos royalties no setor.

O Brasil já não está entre os principais destinos globais de recursos para pesquisas, e a situação tende a piorar. "Muitos prejuízos não são reversíveis, várias empresas já ultrapassaram seus períodos de retorno e muitas não vão voltar ao país", diz Salomão. Em 2012, o Brasil recebeu apenas 3% dos investimentos globais em pesquisa mineral, segundo pesquisa do SNL Metals Economics Group, menos do que países menores, como Peru e México.

Entre as empresas, há controvérsias sobre a necessidade de um novo marco, mas todas concordam que o momento não é adequado. "É um setor muito sensível, e é ruim termos mudanças agora," diz Francisco Pinho, sócio da Geomin. A empresa passou por reestruturações por causa da menor demanda por seus serviços desde quando começou a se falar em um novo marco, há cinco anos.

O atual código brasileiro entrou em vigor pelo Decreto/Lei 227/1967 e passou por reforma em 1996. Segundo a ABPM, as empresas esperam que o novo marco seja apresentado como um projeto de lei, e não como medida provisória, para que possa ser discutido.

**Autor(a):** Olivia Alonso

**Fonte:** Valor Econômico

**Data:** 06/05/2013



## **INCERTEZAS DESACELERAM INVESTIMENTO EM MINERAÇÃO**

Pela primeira vez em quatro anos, os investimentos previstos em mineração no Brasil desaceleraram. Em abril, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) divulgou a projeção de aportes para o período 2012/2016, e o valor ficou estagnado em relação à previsão anterior, em US\$ 75 bilhões.

Segundo empresas e analistas, dois fatores seguram investimentos. Primeiro, faltam sinais de aumento da demanda por minérios e metais. Além disso, o momento é de incertezas para o setor no Brasil, por duas razões: as expectativas em torno do novo marco regulatório de mineração e a

suspensão, desde 2011, de outorgas de autorização para pesquisa mineral (alvarás de pesquisa) e das liberações de concessões de portarias de lavras - ou seja, aberturas de minas.

Atualmente, as regras permitem que as empresas de pesquisa solicitem áreas para explorações mediante apresentação de documentos que mostrem responsabilidade técnica. Com o novo marco, espera-se que não tenham mais o mesmo direito e que passem a ser feitas licitações para os projetos.

Executivos brasileiros e estrangeiros mostram receios. "A mineração convive com risco, não com insegurança", diz José Mendo Mizael de Souza, consultor de mineração. As dúvidas também foram citadas por Jeremy Martin, presidente da inglesa Horizonte Minerals, em entrevista ao Valor.

Entre as brasileiras, há preocupações maiores para as de pesquisa e serviços técnicos, que estão tendo menor demanda por trabalhos. Demissões e fim de operações neste elo da cadeia serão mais frequentes, dizem empresários.

De acordo com o levantamento do IBRAM, as previsões de investimentos caíram mais para alumínio, níquel, cobre, ouro e fosfato. Tiveram retração também manganês, cromita, nióbio e vanádio. Na cadeia do alumínio - bauxita, alumina e alumínio -, por exemplo, a queda das intenções de investimento foi de 34% em relação ao levantamento anterior, para US\$ 3,4 bilhões. Para os projetos de níquel, a redução foi de 49%, para US\$ 3,4 bilhões em iguais períodos.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 06/05/2013**



## **MARCO DA MINERAÇÃO GARANTIRÁ CONCESSÃO PARA EMPRESA QUE INVESTIU**

O novo marco da mineração manterá a prerrogativa de concessão da de lavra para as empresas que já possuem o alvará de pesquisa da área e que já fizeram investimentos em sondagens, afirmou uma fonte do governo envolvida na elaboração do código.

A retenção das outorgas de lavra pelo governo desde o final de 2011, em meio ao processo de elaboração do novo marco do setor, é a maior preocupação das mineradoras, segundo representantes do setor.

Por causa do longo período de interrupção das outorgas, as empresas passaram a se preocupar com a eventual retomada das áreas, pelo governo, mesmo onde já investiram e descobriram jazidas.

Mas o governo não deixará de conceder as licenças necessárias à produção às empresas que investiram em pesquisa e aguardam apenas a licença para iniciar produção, disse a fonte à Reuters, na condição de anonimato.

Outra preocupação do setor está bem encaminhada. Segundo a fonte, o governo desistiu de criar a cobrança de Participação Especial das minas, a exemplo do que ocorre na exploração de petróleo.

Estudos do governo indicam que a incidência desse imposto seria sobre um número muito pequeno de minas e, portanto, não valeria à pena.

### **PRAZOS**

O governo, contudo, mantém os planos de estabelecer prazos exploratórios mais rígidos, e as empresas que não cumprirem tais prazos perderão as áreas, acrescentou a fonte.

Atualmente, a autorização para pesquisa é válida por três anos e pode ser renovada por igual período. Na prática, todos os pedidos de prorrogação são aceitos.

Quando as novas regras do marco entrarem em vigor, as empresas que não comprovarem os avanços nas pesquisas dentro do prazo de três anos perderão o alvará.

Uma das fontes ouvidas pela Reuters evitou estimar uma data para o anúncio das novas regras, mas disse que tem expectativa de que o texto esteja pronto até o final de maio. Segundo ela, as novas regras poderão entrar em vigor por meio de medida provisória.

#### **FAROESTE**

Uma das motivações da presidente Dilma Rousseff para determinar a paralisação dos licenciamentos e estabelecer prazos exploratórios, segundo fontes do setor, teria sido o desagrado com a forma atual de concessão, pela qual o único critério das empresas para conseguir licenças de mineração é chegar primeiro ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

"Era um verdadeiro faroeste. A presidente não gostou de saber como funciona o processo de licenciamento... Não dava para ficar como estava", disse à Reuters outra fonte do governo, pedindo anonimato.

A presidente teria tomado conhecimento de enormes filas de pessoas contratadas por mineradoras para acampar nos arredores unidades do DNPM e garantir as licenças por ordem de chegada.

O governo decidiu então interromper a emissão de licenças de pesquisas e lavra. Pelo menos 120 projetos de mineração prontos e licenciados por órgãos ambientais aguardam apenas outorgas do governo para entrar em operação. Dezenas de milhares de projetos de pesquisa também encontram-se engavetados pelo mesmo motivo.

"Estamos preocupados com o futuro dessas áreas e da pesquisa mineral no Brasil. Por que este congelamento por tanto tempo?", questionou o presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), Elmer Prata. "Ninguém vai entregar de mão beijada áreas que levaram anos para serem pesquisadas e já se tornaram um patrimônio", acrescentou.

O congelamento de licenças exploratórias pelo governo no setor de mineração já provoca uma guerra judicial com 52 liminares a favor das empresas que procuram licenciamento para pesquisas.

**Autor(es): Jeferson Ribeiro e Sabrina Lorenzi**

**Fonte: Reuters Brasil**

**Data: 29/04/2013**



## **PESO DE OURO: TAXA EXTRA A JAZIDAS PODE SUFOCAR MINERAÇÃO**

O novo Código de Mineração, cuja formulação se arrasta por quase três anos, produz insegurança entre os empreendedores do setor. Na opinião de especialistas, uma possível cobrança por participações especiais sobre jazidas de alta produtividade — que tem sido cogitada — pesaria a carga tributária sobre as companhias mineradoras. Outros receios envolvem o aumento da cobrança de royalties e a incidência de impostos sobre a produtividade bruta das companhias.

Na tentativa de reproduzir parâmetros do segmento de petróleo e gás, as participações especiais seriam cobradas de jazidas com produtividade acima do previsto ou em casos de aumento na cotação de certos minérios. "Se for confirmado que não haverá cobrança de participação especial pelo novo código, isso trará enorme alívio aos grandes grupos mineradores", analisa o especialista em Direito Ambiental e Minerário Danilo Fernandez Miranda, do escritório Marcelo Tostes Advogados.

Como não há certeza sobre os custos totais de exploração, de acordo com Miranda, o planejamento no setor é feito dentro de linhas tênues de produtividade. "Isso tem gerado insegurança nos últimos anos, o que leva à queda de investimentos. A nova lei dificilmente vai

retroagir para os contratos fechados, mas é possível que valha para os requerimentos de exploração de lavras em aberto", afirma.

A principal queixa dos empresários é sobre a diferença do perfil regulatório entre o setor petrolífero e o campo de mineração. A Agência Nacional de Petróleo identifica áreas de exploração e abre concorrência para os interessados. Já no setor minerário, não existe prévia análise do governo federal e cabe aos próprios empreendedores buscar regiões com potencial de trabalho. Depois disso, eles solicitam às autoridades o direito de explorar o local.

"Não há identificação anterior do governo e os gastos iniciais de viabilidade técnica e econômica já ficam todos para os empresários. Por isso, não é legítimo cobrar mais por uma jazida que rendeu acima do esperado", aponta Fernando Scaff, do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff. Modelos de análise prévia de exploração mineral já são adotados em outros países, como China e Canadá.

Em relação à possibilidade de elevar a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), não é possível fazer uma contabilidade isolada dos tributos. "Para ter noção da carga total, devemos somar esses royalties com o ICMS, o Imposto de Renda e outros impostos. O risco de aumentar o Cfem é crescer o custo em toda a cadeia produtiva", alerta Scaff.

Outra preocupação é a incidência da cobrança de impostos sobre o faturamento bruto — e não o líquido, como funciona atualmente. "É uma proposta complicada. As despesas poderiam ser insuportáveis para as empresas, pois o custo de beneficiamento do minério chega a 90%", comenta Miranda. Os produtos minerais já correspondem a mais de 25% do total das exportações brasileiras.

**Debate lento** A proposta de novo marco regulatório para a mineração deve mudar o sistema de concessões e atualizar o valor dos royalties da exploração de minérios. O código vigente é definido pelo Decreto-Lei 227/67. Criada pela Comissão de Minas e Energia da Câmara, o grupo que discute o tema é presidido pelo deputado Sergio Guerra (PSDB-PE) e tem como relator o deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG). Com a pressão de parlamentares e empresários, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, garantiu nesta semana que o novo código será enviado ao Congresso em maio.

Também tramita no Congresso desde 2012 o Projeto de Lei 3.910, que eleva os valores pagos a título de participação ao governo pela exploração de recursos minerais. Além de mudar os royalties atuais, a matéria cria a participação especial para minas de grande volume de produção ou de alta rentabilidade. Essa participação seria devida somente pelas companhias com lucro anual líquido superior a R\$ 200 milhões.

Por essa proposta, a alíquota a ser paga será de pelo menos 10% da receita bruta da mina, deduzidas as compensações financeiras, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos. Essas deduções, por sua vez, não poderão passar de 60% da receita bruta. As arrecadações seriam rateadas pelos ministérios de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, além dos estados e municípios. A matéria tramita conjuntamente com o PL 1.117/07, que sugere alterações nos cálculos da Cfem.

**Autor(a): Victor Vieira**

**Fonte: Consultor Jurídico**

**Data: 28/04/2013**

## THE WALL STREET JOURNAL.

### O FIM DA ERA DE OURO DAS COMMODITIES

O que houve com o mercado de commodities?

Desde 1998, ele vinha em franca ascensão — o chamado superciclo, em que a demanda crescente por matérias-primas supera a oferta, elevando os preços a picos incomuns.

Ultimamente, porém, as commodities estão indo ladeira abaixo. Na última conferência de resultados do banco americano Morgan Stanley, MS +2.01% a diretora financeira, Ruth Porat, classificou essa fraqueza como cíclica ao invés de estrutural. Mas uma mudança mais fundamental parece estar em andamento.

Duas coisas sustentaram a alta das commodities industriais. Primeiro, preços baixos desencorajaram investimentos em novas minas e campos de petróleo durante boa parte dos anos 80 e 90. Segundo, a demanda em mercados emergentes, principalmente na China, deu um salto.

Nenhum desses fatores continuará o mesmo nesta década.

Preços altos incentivaram investimentos em novas fontes. O exemplo mais óbvio foi a recuperação da produção de petróleo e gás natural nos Estados Unidos. Os gastos mundiais com recursos petrolíferos foram de US\$ 700 bilhões neste ano, mais do quádruplo de dez anos atrás, segundo estimativa da consultoria IHS Herold.

Algo semelhante está acontecendo com os metais e minerais usados na indústria. A Caterpillar acabou de cortar suas previsões de lucro e receita, citando a fraca demanda por equipamentos de mineração. O excesso de capacidade vem há anos pesando sobre o preço do alumínio e já começou a atingir o do minério de ferro.

Agora, é o cobre que está sentindo os primeiros efeitos. O banco Barclays (BARC.LN +0.38%) projeta que a oferta mundial do metal ultrapassou o consumo no ano passado e continuará à frente pelo menos até 2014, revertendo os déficits de 2010 e 2011. Agora que a oferta está acelerando, o crescimento da demanda diminuiu.

O baixo crescimento e o uso mais eficiente dos combustíveis, principalmente nos EUA, levam a Agência Internacional de Energia a prever que a demanda de petróleo nas economias avançadas em 2017 será menor que em 1997.

Para os que apostam na alta do petróleo, a China é o grande trunfo. Entre 1998 e 2007, o país respondeu por 29% do crescimento da demanda por petróleo, com a antiga União Soviética e o Oriente Médio sendo dois outros centros de crescimento. De fato, a agência espera que a demanda combinada dos dois ultrapasse a da China até 2017. Mas a economia dessas duas regiões está altamente atrelada às exportações dos próprios combustíveis. Assim, as estimativas do seu consumo vão depender do desempenho da China.

O consumo de petróleo da China durante esta década não deve repetir os altos volumes da última, quando ele quase dobrou. No começo daquele período, a China consumia entre 1,5 barril de petróleo para cada US\$ 1.000 do seu produto interno bruto, segundo a firma Raymond James. Em 2012, esse consumo tinha caído para menos de um barril.

O crescimento do PIB da China diminuiu devido à fraqueza de mercados que recebem suas exportações, especialmente a Europa. Além disso, o governo está tentando mudar o foco da economia dos investimentos, que atualmente respondem por metade do PIB, para o consumo, que representam apenas um terço. Essa mudança será um freio considerável para o crescimento.

A demanda por metais poderia ter um desempenho ainda pior nesse cenário, considerando o quanto ela está ligada à febre de construção na China. Por exemplo, entre 2005 e 2010, a China respondeu por 150% do crescimento da demanda mundial por cobre (levando em conta o crescimento negativo de alguns países). O Barclays calcula que tal dependência permanecerá alta no período entre 2010 e 2014, com a China representando 99% do crescimento líquido.

O outro lado da moeda é uma possível aterrissagem acidentada da China. A Longview Economics, apontando para uma alavancagem elevada, estima que o setor privado da China precisará de perto de US\$ 3 de financiamento para cada US\$ 1 que adicionar ao PIB, mais de 2,5 vezes o nível prevalente antes da crise financeira.



O risco de uma bolha de crédito estourar na China, emperrando o crescimento, é real.

Ainda há dinheiro a se ganhar com commodities. Mas isso vai requerer gerenciamento ativo de investimentos, conhecimento do mercado e ações no tempo certo. Isso está mais de acordo com as habilidades de operadores especializados do que com a abordagem de comprar e segurar que ganhou força nos últimos dez anos. Essa era de ouro das commodities chegou ao fim.

**Autor(a): Liam Denning**

**Fonte: The Wall Street Journal.**

**Data: 25/04/2013**

# FOLHA DE S.PAULO

## **ANÁLISE: DESAQUECIMENTO DA CHINA E NOVAS REGRAS DO SETOR SÃO RISCOS PARA VALE**

Após promessas de corte de custos, no primeiro trimestre, a Vale conseguiu reportar efetiva evolução nesse aspecto, o que acabou impulsionando seu lucro.

O resultado no segmento de metais básicos (como níquel e cobre) foi outro fator que merece destaque, pois apresentou um bom desempenho de produção e vendas.

Com relação ao minério de ferro, principal linha de negócios e aquela em que a Vale tem concentrado a maior parte de seus investimentos, o resultado foi marcado pela queda nas vendas sobre o trimestre anterior, parcialmente compensada pelo aumento no preço médio praticado.

Apesar dos baixos níveis de estoques na Ásia e das perspectivas ainda otimistas com relação à demanda na região, a participação da China nas vendas de minério e pelotas recuou, como sinal do freio daquela economia.

O desempenho no segmento de minério de ferro pode ter "deixado a desejar", porém a performance em metais básicos começou a contribuir significativamente para que a Vale consiga atingir melhores resultados e incrementar sua geração de caixa.

Contudo, não poderemos deixar de acompanhar os dados macroeconômicos da China ao longo dos próximos meses, após os sinais de desaquecimento começarem a preocupar.

Além disso, riscos inerentes ao novo marco regulatório de mineração também se fazem presentes, causando volatilidade aos papéis da mineradora, até que novas definições sejam estabelecidas.

**Autor(a): Victor Penna**

**Fonte: Folha de S.Paulo**

**Data: 26/04/2013**



## **MMX CERTIFICA RESERVAS DE 3,6 BI T DE MINÉRIO DE FERRO**

A MMX, mineradora do grupo de Eike Batista, anunciou nesta sexta-feira que detém reservas auditadas de 3,6 bilhões de toneladas de minério de ferro nas unidades Serra Azul, Mina Pau de Vinho e Bom Sucesso, um crescimento de 23,7 por cento ante os volumes informados pela companhia em agosto de 2011.

A MMX obteve certificação das empresas independentes SRK Consulting e Coffey Mining.

A Unidade Serra Azul, no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, detém recursos de aproximadamente 2,14 bilhões de toneladas em recursos medidos, indicados e inferidos, de acordo com a auditoria da SRK, segundo comunicado da MMX.

Em agosto de 2011, o volume nestas mesmas condições era de 1,73 bilhão de toneladas na unidade.

A MMX informou ainda que o somatório de recursos medidos e indicados (sem levar em conta os recursos inferidos) passou para 1,82 bilhão de toneladas contra 1,15 bilhão de toneladas anteriormente.

"Este aumento é de extrema relevância, pois credencia a Unidade Serra Azul, principal ativo minerário e projeto prioritário para MMX, a uma maior conversão de seus recursos minerais em reservas certificadas", disse a empresa na nota.

Os ativos minerários Pau de Vinho (ativo da Mineração Usiminas operado pela MMX ao lado de Serra Azul) e Bom Sucesso (centro-oeste de Minas Gerais) também obtiveram novas certificações que apresentaram resultados em linha com dados divulgados em agosto de 2011, informou a mineradora.

Às 11h15, as ações da MMX tinham alta de 2,76 por cento nesta sexta-feira a 2,23 reais por papel.

**Autor(a): Gustavo Bonato**

**Fonte: Reuters Brasil**

**Data: 26/04/2013**

## THE WALL STREET JOURNAL.

### PARA A NOVA GLENCORE XSTRATA, É HORA DE ARREGAÇAR AS MANGAS

Agora que seu negócio de US\$ 66 bilhões cruzou a linha de chegada, Ivan Glasenberg, diretor-presidente da recém-criada Glencore (GLEN.LN +4.51%) Xstrata PLC, está mais preocupado com o futuro do que celebrar o feito de que ele e seu grupo de operadores de commodities passaram a ter o controle de uma das cinco maiores mineradoras do mundo.

Com o início da negociação das ações da Xstrata Glencore hoje, o foco é integrar as duas empresas, extrair cada gota de lucro possível e manter o olho aberto para o próximo bom negócio. "Nenhuma champanhe será aberta", disse em entrevista ao The Wall Street Journal o ex-negociador de carvão de 57 anos que dirigia desde 2002 a Glencore International PLC. "É fácil comprar. [Difícil é] Provar que você comprou na hora certa e pelo preço certo. Eu nunca abro uma champanhe depois de fechar um negócio. Os banqueiros é que fazem isso."

Glasenberg disse que teme a possibilidade de que o acordo com a Xstrata, negociado durante anos, possa terminar sendo um fracasso épico. É "exatamente o que eu temo todos os dias", disse ele minutos após a fusão ter sido formalmente aprovada. "Se os preços das commodities permanecerem baixos, vão dizer que eu estava errado."

Na entrevista, o executivo sul-africano não deixou dúvida de que a nova empresa vai manter o DNA agressivo e inovador da velha Glencore. Glasenberg mostrou que está tentando se ajustar à liderança de uma empresa de capital aberto — e que isso é difícil. Ele deixou claro que sua equipe tem absoluto controle, dizendo que a Glencore "ainda é de certa forma uma firma de capital fechado" graças à grande participação acionária de empregados.

Glasenberg disse que o sucesso da nova empresa dependerá da força dos preços de commodities como o cobre, o zinco e o carvão, que caíram desde que a fusão foi anunciada em

fevereiro de 2012, provocando um recuo de 38% na ação da Glencore International. As duas empresas estavam praticamente no mesmo nível em termos de zinco e cobre, mas não no carvão, onde a Xstrata tinha uma presença maior.

"É uma grande aposta no carvão", disse Glasenberg. "Para que isso realmente dê errado, o preço do carvão tem que afundar."

A Glencore Xstrata tem um plano de integração de 100 dias. Glasenberg disse que visitou todas as principais operações da Xstrata nos últimos cinco meses, descobriu que há duplicação de tarefas-chave e planeja demitir uma "grande quantidade" de gerentes de nível médio da Xstrata. Segundo ele, pelo menos seis altos executivos da Xstrata já pediram demissão. "Mas todos os gerentes de minas vão ficar."

Glasenberg não quis dar um número específico de demissões. "Vai ser grande", disse. "Nós não vemos razão para estas enormes unidades de negócios."

A Glencore Xstrata vai cumprir os planos de investimentos traçados separadamente pelas empresas até 2015, quando então vai reavaliá-los. Entre os novos projetos de cobre da Xstrata estão Tampakan, nas Filipinas, Alumbra e El Pachón, na Argentina, e o Frieda River, em Papua Nova Guiné. "Se os custos forem muito altos, talvez tenhamos que vendê-los", disse, em referência a projetos que a empresa teria de construir do zero.

Ao mesmo tempo, a empresa não deve se apressar para fazer grandes aquisições, embora já tenha sido considerada uma potencial interessada em mineradoras como a Rio Tinto (RIO.LN +2.86%) PLC e a Eurasian Natural Resources Corp. (ENRC.LN +7.09%) Com uma dívida líquida de US\$ 30 bilhões em seu balanço (até 31 de dezembro), "não dá para fazer aquisições maciças, a menos que os preços das commodities realmente disparem. Sempre estamos de olho em oportunidades. Mas não estamos agressivamente buscando ativos."

Caso compre alguma coisa, Glasenberg disse que o alvo seria determinado pelo valor do negócio em vez do preço do metal que está sendo produzido.

Glasenberg possui 8% da nova empresa, o que levantou preocupações de que ele poderia precisar de um contrapeso no comando. Ele afirmou que vai apoiar um conselho de administração que possa vigiá-lo.

Glasenberg disse que, ao analisar onde comprar minas, ele não prefere países mineradores ricos mais estabelecidos, como a Austrália e o Canadá, às economias emergentes como a República Democrática do Congo ou a Colômbia. "Eles podem ser países que oferecem mais riscos, mas estão me dando grandes retornos", disse. "Esses ativos gigantesco [como os da Austrália e do Brasil] não estão me dando grandes retornos porque tiveram grandes excessos de custos."

Uma grande razão para a empresa preferir esses mercados é que em lugares como o Congo "somos mais importantes para o país e acreditamos que o país tem menos chance de nos prejudicar que alguns dos países onde não somos tão importantes", disse.

A Austrália impôs um imposto de mineração de 45%, o que é semelhante a uma "expropriação", disse ele, um risco tão grave quanto qualquer coisa que possa acontecer no Congo. "Uma vez que os governos mudam as regras, sejam expropriações, impostos, royalties ou o que for, eles estão sugando os lucros dos seus negócios", disse.

**Autor(es): John W. Miller e Alex MacDonald**

**Fonte: The Wall Street Journal.**

**Data: 02/05/2013**

## **JAZIDA COLOCA AGRESTE NO MAPA MINERAL**

*Em Craíbas e Arapiraca, a Vale Verde deve começar a operar sua mina de cobre em 2015*

Um empreendimento da ordem de US\$ 450 milhões colocará duas cidades do agreste de Alagoas, a pequena Craíbas e Arapiraca, no mapa brasileiro de exploração mineral quando a planta industrial da Mineração Vale Verde, que pertence ao grupo canadense Atira Minerais, começar a operar no segundo semestre de 2015. A jazida tem capacidade para produzir 7 milhões de toneladas por ano de minério de cobre durante os 12 anos de vida útil estimados para a operação, gerando uma taxa de retorno do investimento de 19%, segundo estudo de viabilidade econômica elaborado pela companhia.

O volume dá a exata medida da importância do empreendimento para a região: representa quase três vezes os 2,8 milhões de toneladas por ano de minério de cobre processados pela Mineração Caraíba na Bahia e pouco menos da metade dos 16 milhões de toneladas anuais produzidos pela Vale no Pará, segundo Tony Lima, gerente de projeto da Mineração Vale Verde. “É um projeto de médio porte”, afirma, em referência à Serrote da Laje. Parte do investimento será financiado. O agente financeiro é o Banco Itaú, mas devem vir também recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), do Banco do Nordeste (BNB) e de outras instituições.

O Projeto Serrote da Laje, como o empreendimento foi batizado, contempla a extração de cobre em uma área total de cerca de 2,6 mil hectares. Do volume extraído da jazida é possível produzir em torno de 130 mil toneladas por ano de concentrado de cobre, com uma pequena proporção de ouro - por volta de 3 gramas por tonelada que contribuem com 8% da receita gerada na operação.

De acordo com Lima, a produção de 600 mil toneladas por ano de minérios de ferro, que inicialmente estava previsto no projeto, ficou de fora e não há previsão de quando essa atividade será colocada em prática.

O nome que batiza o projeto foi inspirado nas características da região. Serrote é um diminutivo de serra, e laje faz menção a um afloramento de minério que formou um tipo de rocha Lisa, diz Lima. A área que abriga o empreendimento é formada por diversas fazendas a maioria de pequeno porte, dedicadas à agricultura de subsistência, que estão sendo desapropriadas. Assim que as famílias de agricultores forem removidas, começará a construção da unidade. A expectativa é de que o processo esteja concluído até julho, “Negociamos com 70% das famílias e conseguimos 60% da área”.

Os US\$ 450 milhões correspondem apenas ao capital destinado à instalação da planta. O montante está sendo aplicado na aquisição das propriedades, reassentamento das famílias que moram na área, engenharia e gerenciamento, aquisição de equipamentos, materiais e serviços necessários à construção, além de treinamento e contratação de pessoal. O início das obras de construção da planta industrial está previsto para o segundo semestre. Nessa etapa, serão gerados 12 mil empregos diretos, enquanto a fase de operação, a partir de 2015, empregará 400 pessoas.

Parte da produção terá como destino a Caraíba Metais, do grupo Paranapanema: o cobre será transportado por caminhão até o destino final, na Bahia, percorrendo 450 quilômetros. Haverá também o abastecimento de países da Europa e da Ásia. A distância entre a planta industrial e a capital, Maceió, é de 145 quilômetros por estrada, mas para a exportação será preciso construir um galpão no porto. Os planos são de arrendar uma área não superior a 10 mil metros quadrados e

iniciar as obras no fim deste ano. A proporção do volume que ficará no mercado doméstico e do que será embarcado não está definida.

O empreendimento pode ganhar mais três anos de vida útil com a exploração de uma mina de cobre descoberta na cidade de Igaci, distante não mais do que 15 quilômetros da planta industrial de Craíbas. Trata-se de uma oportunidade futura, que pode contribuir como fonte de minério para o projeto, ou seja, o cobre seria lavrado na mina e levado de caminhão para processamento em Serrote da laje. Lima esclarece, porém, que o investimento nesse alvo potencial não está dimensionado.

Se a infraestrutura para o escoamento da produção existe, o suprimento de água e energia está sendo providenciado para suprir a demanda do empreendimento. Uma adutora de 57 quilômetros entre Traipu e Arapiraca está sendo construída para levar a água do rio São Francisco a dez municípios da região do agreste, por meio de uma parceria público—privada (PPP). Um terço da vazão de 1,5 mil metros cúbicos de água por hora abastecerá a Mineração Vale Verde.

Em relação à energia, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) programou para maio a inauguração da subestação de energia Arapiraca III, na qual investiu R\$ 28,8 milhões entre 2012 e 2013, que ficará interligada à linha de transmissão Rio largo-Penedo. Com um transformador de 100 MVA, a nova subestação reforçará o potencial energético das cidades do entorno de Arapiraca, garantindo o fornecimento à Mineração Vale Verde. As outras duas subestações, Arapiraca I e II, pertencem à Eletrobrás Distribuição Alagoas.

**Autor(a): Inaldo Cristoni**

**Fonte: Valor Econômico Estados**



## **METAIS TÊM TERCEIRO MÊS DE QUEDAS**

*Commodities: PIB chinês ajudou a derrubar as cotações em abril*

A fraca demanda global e a ausência de boas notícias no cenário macroeconômico levaram os metais não ferrosos ao terceiro mês seguido de quedas na bolsa de Londres (LME). Em abril, a queda média dos principais metais foi de 5%, superior à desvalorização média de março, de 4,3% e de fevereiro, de 2,7%. O mês foi pior para cobre, níquel e estanho, que caíram 6,5%, 7,9% e 10,3%, respectivamente. Já o alumínio e o zinco tiveram quedas pouco expressivas.

De forma geral, o melhor que se pode dizer da demanda por metais neste ano é que a situação é "irregular", diz o analista Leon Westgate, do Standard Bank. "Até agora, a procura tem sido inferior às expectativas, o que justifica os preços em queda desde o meio de fevereiro," afirma em relatório.

Além da ausência de notícias que pudessem trazer otimismo aos investidores de metais, o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) da China no primeiro trimestre contribuiu para o pessimismo. O país - maior consumidor global de metais, com 40% das compras - cresceu 7,7% no período, abaixo do esperado pelo mercado (8%).

Apenas no dia da divulgação do dado chinês, em 15 de abril, o contrato de três meses de cobre perdeu 5,2%. Na semana seguinte, chegou ao preço mais baixo desde agosto de 2011, em US\$ 6.842 por tonelada. Segundo analistas, a expectativa é de que a produção de cobre refinado seja maior do que a demanda nos próximos anos, pressionando a cotação do cobre.

Na última semana, o International Copper Study Group (ICSG), principal instituto de pesquisas sobre o metal, divulgou seu relatório de projeções e revisou para cima sua projeção de superávit neste ano. O instituto espera crescimento tímido de 0,3% na demanda global por cobre neste ano e excedente de 417 mil toneladas. A justificativa para a previsão mais pessimista é a piora da

perspectiva para a demanda da China, diz o ICSG. Para 2014, a projeção do instituto é de superávit de 680 mil toneladas.

No acumulado de 2013, até ontem, os seis principais metais não ferrosos tinham queda de 10,3%. O estanho, com queda de 11,1%, está com seus preços pressionados pela produção da Indonésia, segundo analistas. Neste momento, as companhias estão adicionando grande volume ao mercado em um movimento de desabastecimento, pois a partir de julho medidas do governo do país vão impor restrições às suas exportações.

Já o zinco tem o melhor desempenho do grupo neste ano, que é uma queda de 8,1%. Para Casper Burgering, analista do ABN Amro, o preço do metal pode ter algum suporte de perspectivas de melhora dos setores automotivo e de construção, principalmente na China e nos EUA, que são grandes consumidores do metal. Além disso, ele afirma que apesar de os estoques estarem altos na LME, parte do volume está atrelada a operações financeiras, o que reduz a disponibilidade física.

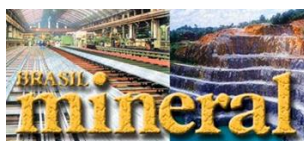
Enquanto o ABN Amro acredita que os preços podem ter algum impulso a partir de agora, suportados por aumento da demanda chinesa e americana, o Standard Bank acredita que uma melhora mais significativa ficará para o segundo semestre. Para William Adams, especialista de metais da FastMarkets.com, não seria uma surpresa um rali no curto prazo, já que os preços estão em níveis baixos.



**Autor(a):** Olivia Alonso

**Fonte:** Valor Econômico

**Data:** 30/04/2013



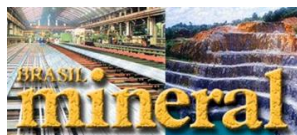
## AMAPÁ: MPF QUER ANULAR MAIS DE 500 PROCESSOS PARA EXPLORAÇÃO

O Ministério Público Federal pretende que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) anule mais de 500 processos com solicitação de pesquisa e exploração de minério em terras indígenas no Amapá. O órgão ajuizou uma ação civil pública em caráter de urgência pedindo a anulação e cancelamento de qualquer cadastro ou autorização, mesmo quando é somente para estudo, sobre exploração em áreas indígenas. Segundo levantamento do Instituto Sócio Ambiental, em quase 80% dos casos as mineradoras estão presentes em terras ocupadas pelas aldeias Wajãpi, Uaçá e Paru D'Este. O estudo aponta, ainda, que a região Norte possui mais de 150 áreas indígenas sob interesse dessas empresas. O Ministério Público Federal no Amapá informou que a maioria dos casos de requerimentos é de empresas interessadas na extração mineral. O procurador federal Almir Sanches comenta que a ação baseia-se em um dos itens da Constituição Federal, o qual determina

que a exploração mineral em terras indígenas só é possível com lei específica aprovada no Congresso Nacional e com consulta às comunidades indígenas afetadas. A ação civil pública também solicita à Justiça Federal que seja mantida proibição de lavra garimpeira e de minério em terras indígenas. Para o MPF, o DNPM deveria anular todos os processos minerários iniciados em terras indígenas antes de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Com decisão favorável, o MPF do Amapá espera que sejam anulados títulos minerários nominados e inominados emitidos pelo DNPM em terras indígenas.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 30/04/2013**



## **MMX: EXPORTAÇÕES AUMENTAM EM 2013**

A MMX registrou exportações de 970 mil t no primeiro trimestre de 2013, 71% a mais que no último trimestre de 2012, aumento de volume viabilizado especialmente pelo incremento dos embarques da empresa pelo Terminal CPBS – Companhia Portuária Baía de Sepetiba. No período, a produção da companhia somou 1,5 milhão t, queda de 7% em relação ao último trimestre de 2012 e vendas de 1,4 milhão de t, retração de 28% na comparação com o 4º trimestre do exercício passado. A Receita Operacional Líquida da companhia atingiu R\$ 237 milhões, enquanto o Ebitda somou R\$ 3,1 milhões, ambos superiores ao 4º trimestre de 2012. A melhora deste desempenho deve-se principalmente ao aumento das exportações da MMX, associado à elevação do preço médio do minério de ferro no mercado internacional. Para o presidente da MMX, Carlos Gonzalez, a implementação da expansão da Unidade Serra Azul seguirá em ritmo menos acelerado, no aguardo da obtenção de todas as licenças necessárias ao projeto. Ele também destacou importantes conquistas do trimestre, como a conclusão do aumento de capital da companhia no valor aproximado de R\$ 1,4 bilhão. As Despesas Gerais e Administrativas Consolidadas da MMX no trimestre foram de R\$ 34,4 milhões, valor 38% do 4º trimestre de 2012. Os números foram impactados pela não recorrência dos efeitos da desistência do projeto da MMX no Chile. No Sistema Sudeste, a MMX produziu 1,3 milhão t no 1º trimestre, 17% a menos que no último trimestre de 2012. As vendas caíram 30%, somando 1,3 milhão t. As vendas para o mercado interno, representado principalmente por produtores de ferro-gusa, siderúrgicas e grandes mineradoras que compram minério de ferro para realizar o blend de seus produtos destinados à exportação, foi responsável por 31% das vendas do Sistema Sudeste. O menor volume vendido, em comparação com trimestres anteriores, ocorreu devido ao redirecionamento de parte da produção para o mercado externo, além da menor retirada de minério de ferro por parte de clientes locais que enfrentaram problemas operacionais.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 30/04/2013**

## PROPOSTA ALTERA REGRAS PARA EXPLORAÇÃO DE NIÓBIO

*O elemento químico é usado principalmente em ligas de aço para a produção de tubos condutores. As jazidas brasileiras estão presentes nos municípios de Araxá (MG), Catalão (GO) e São Gabriel da Cachoeira (AM).*

A Câmara analisa proposta para regulamentar a extração e a exploração comercial do nióbio do território brasileiro. O elemento químico é usado principalmente em ligas de aço para a produção de tubos condutores de fluidos, como água e petróleo, a longas distâncias. O Brasil detém 98% das reservas mundiais exploráveis de nióbio no mundo e mais de 90% do total do minério presente na Terra.

Pelo Projeto de Lei 4978/13, do deputado Giovani Cherini (PDT-RS), a extração, a exploração e o beneficiamento do nióbio devem ser feitos por empresas com capital exclusivamente nacional.

Desde a Emenda Constitucional 6, de 1995, mineradoras estrangeiras podem operar por meio de filiais, com exceção de áreas em faixas de fronteira, onde o estrangeiro pode deter até 49% do controle acionário da empresa.

### **Relatórios**

Segundo a proposta, as mineradoras deverão ser cadastradas e autorizadas pelo Ministério de Minas e Energia. A empresa deverá enviar um relatório trimestral ao ministério com a quantidade de minério extraído. Além disso, a cada ano, a empresa exploradora deverá informar para quem vendeu o mineral e qual a quantidade entregue.

Caso a mineradora também beneficie o nióbio, criando – por exemplo – tubos condutores com fibras do minério, ela deverá informar quanto foi beneficiado.

Todas as empresas que atuam em território nacional e que compram, revendem ou exportam o nióbio terão de informar o governo sobre todos os dados de suas transações e toda a cadeia produtiva.

Quem deixar de cumprir essas regras não poderá mais explorar o minério e terá de pagar multa igual a todo o valor recebido com a venda do nióbio.

### **Código de Mineração**

Atualmente, o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) permite a exploração de minerais em solo brasileiro por concessão do Ministério de Minas e Energia; por autorização, licença e permissão do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); ou monopolização, quando a execução é feita, direta ou indiretamente, pelo governo federal.

De acordo com o projeto, o governo definirá uma política de extração e exploração do nióbio com fixação de preços no mercado internacional, fiscalização e controle. “Essa política poderá alavancar em muito o valor pago pelo nosso nióbio, riqueza que somente nós temos”, diz o autor do projeto.

### **Terras indígenas**

A proposta também exige a regulamentação em decreto para a extração e a exploração do nióbio em reserva indígena. A exploração mineral em terras indígenas está em discussão por uma comissão especial da Câmara (PL 1610/96).

### **Usos do nióbio**

Além de ser usado em supercondutores, o nióbio pode ser adotado em caldeiras em usinas termelétricas e em sistemas de propulsão de aviões e foguetes, pois tem um ponto de fusão de 2.468 graus Celsius (°C), mais que o dobro do cobre. O óxido de nióbio é um agente anticorrosivo capaz de suportar a ação de ácidos agressivos, comuns na indústria de petróleo.

As jazidas brasileiras estão presentes em três municípios: 61% em Araxá (MG), 21% em Catalão (GO) e outros 12% em São Gabriel da Cachoeira (AM).

## Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Autor: Tiago Miranda**

**Fonte: Agência Câmara de Notícias**

**Data: 02/05/2013**

## DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

### MAGNESITA FECHA ACORDO PARA COMPRA DE FÁBRICA CHINESA

*Aporte de US\$ 22 milhões visa à ampliação da competitividade .*

A Magnesita Refratários S/A, sediada em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), fechou acordo para a compra, em uma transação de aproximadamente US\$ 22 milhões, da fábrica de refratários da Dalian Mayerton Refractories Co. Limited (DMR), na cidade de Dalian, na China. A capacidade da planta é de 50 mil toneladas de tijolos à base de magnésia carbono por ano e a operação também inclui os atuais funcionários da companhia chinesa.

Em nota, a Magnesita afirma que "a aquisição irá auxiliar dois pilares estratégicos da companhia: crescer agressivamente, mas seletivamente, e manter uma base global de custos competitivos". No documento, a empresa justifica que a "China detém aproximadamente 25% das reservas mundiais de magnésia, sendo um local estratégico para a produção de refratários".

A aprovação da transferência da DMR para a Magnesita ainda será submetida ao Economic and Trade Bureau of Dalian Development Area, na China. A expectativa é de que a conclusão da operação aconteça no terceiro trimestre deste ano. Além disso, a perspectiva é atingir operação a plena carga na planta chinesa em dois anos, com possibilidade de expansões no futuro.

Conforme o último balanço divulgado pela Magnesita, a companhia fechou 2012 com lucro líquido de R\$ 75,8 milhões, resultado 23,1% abaixo do registrado um ano antes, de R\$ 98,5 milhões.

Por outro lado, a empresa investiu R\$ 257,3 milhões em 2012 contra R\$ 170,9 milhões em 2011, um crescimento de 50,5%. Para este ano, os investimentos devem alcançar entre R\$ 130 milhões e R\$ 140 milhões, sem contar o aporte na implantação do complexo minerador de grafita em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, cujo valor deve ser anunciado ao longo do exercício e as obras civis devem começar no final do ano.

**Para 2013** - Sobre os investimentos para 2013, o valor estimado é uma média anual de aportes direcionados para a manutenção das operações e otimização de alguns processos. No entanto, a inversão da Magnesita este ano pode ser bem maior, considerando aquisições de pequenos players do setor, como a própria chinesa DMR, o projeto de grafita em Almenara, e ainda a ampliação da planta em Brumado (BA).

No projeto em Almenara serão investidos aproximadamente R\$ 80 milhões para produzir 40 mil toneladas anuais, porém, a companhia já sinalizou que poderá expandir a capacidade em 60 mil toneladas. O complexo é parte de um plano de verticalização da Magnesita para os próximos anos e conta com aportes de R\$ 300 milhões.

**Autor(a): Leonardo Francia**

**Fonte: Diário do Comércio**

**Data: 23/04/2013**

## COBRE DA VALE TEM SEU MELHOR PRIMEIRO TRIMESTRE

Apesar da estação das chuvas no norte do país, a produção de concentrado de cobre na mina de Sossego, no Pará, chegou a 27,7 mil toneladas, seu melhor resultado em um primeiro trimestre desde 2009.

Salobo I produziu 11 mil toneladas de concentrado de cobre e 18.700 onças troy de ouro como co-produto. A produção de cobre como co-produto da produção de níquel no Canadá, foi de 37,4 mil toneladas, um crescimento de 13,6% na comparação com o trimestre anterior. Isso reflete a performance operacional das plantas de Clarabelle e do smelter Copper Cliff em Sudbury. A produção em Sudbury teve seu melhor primeiro trimestre em quatro anos.

A produção de Voisey's Bay foi de 11 mil toneladas, 2,6 mil a menos do que no último trimestre de 2012, isso ocorreu devido à baixa disponibilidade de minério resultante de falhas no sistema de britagem e a uma grave nevasca que atrasou o transporte do minério.

A produção em Tres Valles, no Chile, foi de 3,7 mil toneladas de catodos de cobre no primeiro trimestre, similar à do trimestre anterior e 4,1% superior na comparação com o mesmo trimestre do ano passado. Isso se deve ao avanço no ramp-up que se aproxima do fim e da capacidade nominal da planta.

Lubambe, na Zâmbia, também está em fase de ramp-up e produziu 4,6 mil toneladas de concentrado de cobre. Lubambe, nome atual do projeto Konkola North, iniciou seu ramp-up em outubro de 2012 e tem capacidade nominal de 45 mil toneladas por ano. A método de produção é de mina subterrânea e fica no Cinturão de Cobre da Zâmbia. A Vale tem 50% dessa operação.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 19/04/2013**

## ANGLO AMERICAN FAZ MENOS NÍQUEL NO PAÍS

A produção de níquel da mineradora Anglo American no Brasil caiu 29% no primeiro trimestre deste ano, com a queda de 38% do volume da unidade de Barro Alto (GO). A produção somou 4,1 mil toneladas de janeiro a março no local, ante 6,6 mil toneladas um ano antes, segundo as prévias operacionais divulgadas pela companhia. Já na unidade de Codemin, em Niquelândia (GO), a produção foi de 2,1 mil toneladas, mesmo volume do primeiro trimestre do ano passado.

A queda da produção em Barro Alto foi provocada pela paralisação planejada de uma linha de produção para reconstrução da parede lateral de um forno elétrico e, segundo a companhia, os reparos já estão em fase de conclusão. A Anglo espera atingir o ritmo total da capacidade da unidade (36 mil toneladas/ano) ainda em 2013. Na unidade de Codemin, em Niquelândia (GO), a empresa opera com 84% de sua capacidade de produção, de 10 mil toneladas por ano.

Considerando as operações de níquel fora do Brasil, a produção total da Anglo American caiu 48% no trimestre e somou 6,2 mil toneladas, ante 12 mil toneladas um ano antes. Além das 8,6 mil toneladas no Brasil, a companhia produziu no primeiro trimestre do ano passado 3,3 mil toneladas na unidade Loma de Níquel, na Venezuela, cujas as atividades foram encerradas em novembro de 2012 após 12 anos de operação. As três concessões de mineração que empresa tinha, cedidas pelo

governo venezuelano, venceram em 10 de novembro do ano passado, e o governo de Hugo Chaves não aceitou sua proposta de renovação.

Já a produção de cobre da mineradora cresceu 1% no primeiro trimestre deste ano, para 170,4 mil toneladas, ante 168,4 mil toneladas do mesmo período de 2012, segundo relatório operacional da companhia.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 22/04/2013**



## **PRÉVIAS APONTAM LUCRO MENOR DA VALE**

A Vale deve anunciar hoje, depois do fechamento do mercado, lucro líquido entre US\$ 2,3 bilhões e US\$ 3,2 bilhões no primeiro trimestre de 2013. O Valor compilou projeções sobre o resultado da Vale com oito bancos e corretoras de acordo com o critério contábil americano, o US Gaap. A média das previsões aponta para lucro líquido de US\$ 2,636 bilhões entre janeiro e março. Caso o número se confirme, significará a reversão do prejuízo de US\$ 2,647 bilhões do quarto trimestre do ano passado e queda de 31,1% em relação ao lucro de US\$ 3,827 bilhões dos três primeiros meses de 2012.

O consenso de mercado elaborado pelo Valor indica ainda para uma média de US\$ 11,483 bilhões para a receita líquida. E uma média de US\$ 4,722 bilhões para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês). Caso as médias das projeções se confirmem, a receita líquida terá queda de 2,04% sobre o quarto trimestre do ano passado e alta de 3,88% na comparação com o primeiro trimestre de 2012.

Já o Ebitda reverterá o resultado negativo de US\$ 257 milhões no quarto trimestre de 2012 e significará queda de 4,89% em relação aos três primeiros meses do ano passado. Os números foram elaborados a partir de informações obtidas com Itaú BBA, Citi, Banco Espírito Santo (BES), Planner, Corretora Votorantim, Corretora Brasil Plural, Goldman Sachs e um banco que não quis ser identificado.

O BES ressalta que, embora haja a expectativa de um preço realizado nas vendas de minério de ferro estável em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a mineradora sofrerá efeitos de preços menores das pelotas, carvão e metais base. O BES prevê receita líquida de US\$ 11,856 bilhões. "Isso lembrando que a Vale "perdeu" 500 mil toneladas de carvão metalúrgico nas vendas do primeiro trimestre de 2013 devido à força maior em Moatize [em Moçambique]", diz o relatório do BES.

As estimativas mais otimistas são apresentadas pelo Citi, com receitas de US\$ 12,084 bilhões, Ebitda ajustado de US\$ 5,906 bilhões e lucro líquido de US\$ 3,236 bilhões. Para o Citi, o foco nos resultados da Vale estará em quatro pontos: custos operacionais do minério de ferro, preços realizados da commodity, imposto de renda e atualização de projetos, incluindo Vale Nova Caledônia, que estava sob revisão no primeiro trimestre.

O Itaú BBA acredita que os resultados da companhia no primeiro trimestre não trarão novas baixas contábeis de ativos, principal razão para o prejuízo no quarto trimestre de 2012. Os números no primeiro trimestre vão reproduzir os preços mais altos de minério (20% a mais que no quarto trimestre do ano passado), compensados pelos menores volumes embarcados, 22% a menos na mesma base comparativa. Esse movimento explica a estimativa de US\$ 11,527 bilhões do Itaú BBA para a receita líquida entre janeiro e março, abaixo de igual período do ano anterior.

O Goldman Sachs reviu as projeções para Vale considerando o relatório de produção mais fraco do que o esperado no primeiro trimestre de 2013. Os preços mais altos do minério de ferro no

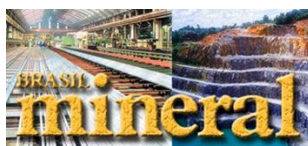
primeiro trimestre devem ser compensados por menores embarques e custos mais elevados. O Goldman Sachs espera que a Vale apresente Ebitda ajustado no primeiro trimestre de US\$ 4,7 bilhões, com alta de 6,3% ante o quarto trimestre de 2012 e queda de 5,9% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. O banco previu ainda receita líquida de US\$ 11,8 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,43 bilhões.

A corretora Brasil Plural destaca que a produção de minério de ferro da Vale foi mais fraca do que esperado, em parte porque a empresa continua a sofrer as consequências dos atrasos nas licenças ambientais. A corretora tinha estimativa de produção de 68,5 milhões de toneladas de minério de ferro para a Vale no primeiro trimestre deste ano, mas a produção da companhia ficou em 67,5 milhões de toneladas de minério de ferro no período. As previsões da Brasil Plural são de receita líquida de US\$ 11,4 bilhões, com queda de 3% sobre o último trimestre de 2012; Ebitda de US\$ 4,67 bilhões, com alta de 6% sobre o último trimestre do ano passado em bases ajustadas; e lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões. "Instamos os investidores a olhar além do curto prazo e da turbulência na China", diz o relatório.

A Votorantim espera melhora nas margens operacionais, mas menor receita líquida na comparação com o quarto trimestre de 2012. A previsão da corretora é de receita líquida de US\$ 10,7 bilhões, Ebitda de US\$ 4,3 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões no primeiro trimestre. A Votorantim entende que os metais ferrosos podem ter resultado mais fraco no primeiro trimestre apesar do aumento nos preços.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 24/04/2013**



## **AÇO: PRODUÇÃO BRASILEIRA CAI 7,6% EM MARÇO**

Segundo números do Instituto Aço Brasil (IABr), a produção nacional de aço bruto somou 2,9 milhões t em março, queda de 7,6% quando comparada com o mesmo mês do último ano. Já a produção de laminados caiu 1,7%, para 2,2 milhões t na mesma comparação. Com este desempenho, a produção de aço acumulada em 2013 atingiu 8,3 milhões e a de laminados, 6,2 milhões t, com retrações de 4,3% e 1,3%, respectivamente. As vendas internas somaram 1,9 milhão t, aumento de 0,5%, enquanto no acumulado são de 5,4 milhões t, 1% a mais que o mesmo período de 2012. As exportações de produtos siderúrgicos em março de 2013 atingiram 719 mil t, com receita de US\$ 474 milhões. No acumulado do ano, as exportações totalizaram 2,5 milhões de t e US\$ 1,6 bilhão, representando declínio de 4,6% em volume e de 13,7% em valor, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. As importações foram de 271 mil t (US\$ 320 milhões) em março, totalizando, desse modo, 843 mil de t de produtos siderúrgicos importados no ano, redução de 15,4% em relação ao mesmo período de 2012. O consumo aparente brasileiro de produtos siderúrgicos foi de 2,2 milhões de t em março, alcançando 6,2 milhões de t em 2013, ou seja, quedas de 2,2% e 1,7%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 24/04/2013**

## **VALE MANTÉM META DE PRODUÇÃO DE MINÉRIO EM 306 MILHÕES DE TONELADAS**

O diretor executivo de finanças e relações com investidores da Vale, Luciano Siani, afirmou que a companhia mantém a meta de produzir 306 milhões de toneladas de minério de ferro este ano.

Em vídeo de mais de dois minutos postado na internet, Siani ressaltou que a meta está mantida apesar de a produção de minério de ferro entre janeiro e março ter ficado 3,5% abaixo do primeiro trimestre do ano passado.

“Tivemos surpresas positivas do lado da produção de metais básicos. Tivemos produção recorde de cobre e um grande incremento de produção de níquel”, disse Siani em referência à produção de 90 mil toneladas métricas de cobre entre janeiro e março, 22,8% maior que entre igual período do ano passado, e à produção de 65 mil toneladas métricas de níquel, 3% maior na mesma base comparativa.

O diretor fez questão de frisar a importância do corte de custos e despesas para que a companhia alcançasse um Ebitda ajustado de US\$ 5,2 bilhões - segundo os critérios contábeis americanos, o US Gaap - entre janeiro e março.

“Do lado dos custos, tivemos um desempenho extraordinário. Conseguimos uma redução de custos e despesas em todos os itens importantes”, disse. “Se comparado ao mesmo período do ano passado, extraímos US\$ 900 milhões de custos da companhia e comparado ao quarto trimestre, US\$ 2,5 bilhões”, acrescentou.

O executivo também confirmou a meta de investimentos de US\$ 16,2 bilhões para 2013 e assegurou que os investimentos de US\$ 3,987 bilhões realizados no primeiro trimestre apontam para o cumprimento da meta.

**Autor(a): Rafael Rosas**

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 24/04/2013**



Para maiores informações: <http://www.13sga.sbg-no.org.br/>